

Leon. Brasil

Desempenho econômico ajuda renegociação

É o que garante diretor do BC, para quem o Brasil fecha o ano com reservas líquidas de US\$ 6 bi

CECILIA PLESE
Correspondente

São Paulo — A expectativa do Governo brasileiro diante da aproximação da fase 3 de renegociação da dívida externa é extremamente positiva em função dos resultados alcançados pelo setor externo da economia nos primeiros meses de 1984. A afirmação é do diretor da área externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano, ao participar do encerramento da primeira mesa-redonda sobre câmbio e comércio exterior, promovida pela Associação Brasileira dos Bancos Comerciais Estaduais, no auditório do Banespa. Segundo ele, isso enseja um quadro de negociação bastante promissor, especialmente devido às perspectivas de o Brasil fechar o ano com níveis de reservas líquidas da ordem de 6 bilhões de dólares.

Serrano observou que a fase 3 de renegociação tem início previsto para fins de outubro próximo, pois o Brasil está interessado em aproveitar o vácuo dos entendimentos entre credores e países devedores como o México, Venezuela e Argentina. Simultaneamente, disse, dá-se uma folga maior para que o desempenho brasileiro evolua positivamente até outubro, favorecendo-se ainda mais a posição do País. Para o diretor da Área Externa do BC, a retomada dos trabalhos iniciados em Cartagena pelos países devedores da América Latina, na próxima semana, em Mar del Plata, não trará contribuições específicas para a nova etapa de renegociação da dívida brasileira. Ele entende que o consenso obtido em Cartagena servirá para a abertura de um canal de diálogo político do mais alto nível que permitirá sensibilizar as ações dos responsáveis pela política econômica dos países industrializados de forma tal que essas políticas guardem simetria com o esforço de ajustamento dos países em desenvolvimento.

Já o chefe de operações internacionais do BC, Carlos Eduardo de Freitas, também presente aos debates, afirmou que a situação de caixa do País inverteu-se de tal modo que as pessoas custam a acreditar nisso. O déficit em transações correntes, que em 82 era de 14,8 bilhões de dólares, passou em 83 para 6,2 bilhões de dólares e as primeiras estimativas relativas a 84 davam conta de uma redução para 200 milhões de dólares. Já revistas, elas mostraram que esse valor baixou no primeiro semestre deste ano para



Para Serrano, o aumento das reservas favorece a negociação

80 milhões de dólares, tendo em vista o desempenho da balança comercial e a inversão da tendência crescente dos déficits da rubrica serviços, exclusive os juros, que em 84 deverão se situar no patamar de 2,4 bilhões de dólares.

Segundo Freitas, as projeções preliminares do Governo, no tocante aos juros internacionais, estavam subestimadas, mas foram compensadas pela subida do caixa. Hoje, a situação é extremamente folgada, disse, pois o BC já ultrapassou os níveis de 5 bilhões de dólares em reservas (entre ativos e obrigações até 360 dias, inclusive as contradas com o FMI), quando somente a 30 de junho a posição de caixa era de cerca de 4,2 bilhões de dólares. A maior parte desses 5 bilhões de dólares é constituída de moeda norte-americana, havendo uma parcela residual em libras, francos franceses, marcos alemães e iêns, além de 350 milhões de dólares em ouro refinado, sob a classificação de *good for deli-*

very e uma parte de operações em *overnight* para facilitar o fluxo de caixa.

Para o economista, a crise do endividamento externo brasileiro teve início no período agosto/setembro de 82, nas agências dos bancos brasileiros no exterior. "Foi um período difícil, ressaltou, que se estendeu até o primeiro semestre de 83. Nesse interim, o sistema bancário brasileiro perdeu 3 bilhões de dólares em depósitos, mas a corrida parou e desde então o nível de depósitos tem se mantido estável". Ele aconselhou os bancos brasileiros que dispõem de agências no exterior a concentrarem suas operações de crédito comercial no curto prazo, imobilizando gradualmente os ativos de longo prazo (superiores a 360 dias), para que se tornem absolutamente solventes. Assegurou-lhes que precisam deixar de ser agências de captação de mesa interbancária, salientando também que a necessidade por linhas de crédito comerciais no exterior é

cada vez maior, em razão do movimento comercial brasileiro. Há, entretanto, reconheceu, uma inibição por parte dos bancos estrangeiros em ampliar essas linhas. Eles alegam que estariam resguardando-se para os pedidos de dinheiro novo que o Brasil faria na fase 3 de renegociação, a fim de evitar um aumento de seu exposure no País, que sua metodologia de trabalho (no caso das instituições norte-americanas) não permite distinguir as operações comerciais liquidáveis a curto prazo, ou então (caso dos bancos alemães) que estariam fazendo provisões maciças para empréstimos à América Latina. De qualquer forma, garantiu, o Banco Central está olhando com atenção os desdobramentos do assunto.

Na opinião de Freitas, o projeto B, de rolagem do principal da dívida brasileira, não gera problemas. A grande incógnita é o projeto A, que prevê o ingresso de dinheiro novo para rolar o serviço da dívida. Embora reconheça que o Brasil precisará de *new money* esclareceu que esse valor ainda está sendo estudado, devido ao aspecto dinâmico do balanço de pagamentos do País. Se as taxas de juros internacionais estão estáveis no momento, prosseguiu, não sabemos como vão se comportar no futuro, pois elas dependem da redução do déficit público norte-americano em 85. Essa variável, assim como a da manutenção ou não do crescimento econômico dos países industrializados (condição *sine qua non* para a continuidade do incremento das exportações brasileiras), foge ao controle das autoridades econômicas do País, disse, e pode tornar inviável qualquer processo de administração da dívida. O Brasil está procurando reduzir o coeficiente da relação entre taxas de juros e receita líquidas das exportações para deixar de ser um transferidor de renda para o exterior. Daí a importância política de reuniões como as de Cartagena, Buenos Aires e Mar del Plata, nas quais os devedores querem discutir essas variáveis no plano político, uma vez que, por estarem subordinadas às políticas econômicas dos países industrializados, não podem ser negociadas no plano técnico dos bancos ou dos organismos internacionais como o FMI.

De acordo com o diretor de operações internacionais do BC, a excelente performance das contas externas do País não deve ser encarada com euforia e, sim, com cautela porque o Brasil ainda está atravessando uma fase conjuntural de renegociação.